



Conselho de Ministros

DIREITO A HABITAÇÃO

O direito a habitação é um direito fundamental que assiste a todos os cidadãos no quadro da Lei constitucional, de 25 de Agosto de 1992, tal como consagra o artigo 21.º. Na verdade, trata-se de uma norma programática constitucional, na medida em que a sua concretização depende de mecanismos e políticas de fomento habitacional do Estado.

Considerando os fluxos migratórios para as cidades provocados pela guerra civil e a consequente pressão sobre ao parque habitacional existente;

Considerando a redução de um parque habitacional urbano moderno pós-colonial o que galvaniza a identidade angolana;

Tendo em conta a função do Estado em criar as condições políticas, administrativas e financeiras para o fomento da economia nacional;

Havendo necessidade de responder eficazmente á procura e garantir o surgimento de novos espaços urbanos condignos;

Com a conquista da paz, o Governo angolano, tem utilizado instrumentos legais que definem princípios e disciplinam a expansão até então desordenada das cidades e vilas, promovendo assim novos espaços habitacionais urbanos, condignos, de acordo com as normas e princípios de ordenamento do território, de forma a concorrer para que os cidadãos possam obter habitação própria ou em regime de arrendamento, de acordo com a capacidade económica de cada um, tais como:

1. Lei n.º 2030, Iª Série nº 143, Lei das Expropriações.
2. Lei do Inquilinato. Portaria nº 13800.
3. Lei nº 3/76, de 3 de Março, I Série – nº 52, sobre Nacionalização e Confisco de Empresas e outros Bens.
4. Lei nº 43/76 de 29 de Junho. Define a forma de reversão a favor do Estado, dos prédios ou partes deles pertencentes a cidadãos Nacionais ou Estrangeiros, e cujos titulares se encontram injustificadamente ausentes do País há mais de quarenta e cinco dias.
5. Lei nº 19/91, de 25 de Maio, Iª Série – nº 22, sobre a Venda do Património Habitacional do Estado.



6. Lei nº7/95 de 1 de Setembro, Iª Série nº 35, sobre o Património Imobiliário do Estado.
7. Lei nº 1/97, de 17 de Janeiro, Iª Série – nº 3, sobre a simplificação e modernização do registo Comercial e predial.
8. Lei nº 1/2001, Setembro sobre Alienação de imóveis.
9. Lei nº12/01, de 14 de Setembro, Iª – Série nº 42, Sobre a venda de imóveis vinculados e cria uma Comissão Multi-sectorial para a Desvinculação e venda de imóveis Vinculados.
10. Lei nº 9/03 de 18 de Abril, Iª – Série nº 30, que altera a lei sobre a venda do património Habitacional do Estado.
11. Lei nº 8/03 de 18 de Abril, Iª – Série nº 30, Lei de alteração à Lei das privatizações.
12. Lei nº 3/07, de 3 de Setembro, Iª – Série nº 106, Lei de Bases de Fomento Habitacional.
13. Decreto-Lei nº 47.611 de 28 de Março, de 1967, que aprova o Código do Registo Predial.
14. Decreto-lei nº 49.053 de 16 de Maio de 1969, que altera o Código de Registo Predial.
15. Decreto-lei 46/92, de 9 de Setembro, sobre o Confisco das Sociedades e Unidades Industriais.
16. Decreto nº 43525, sobre o Arrendamento Urbano.
17. Decreto nº 6/92 de 24 de Janeiro, Iª – Série nº 4, sobre os litígios de ocupação de imóveis urbanos e rústicos.
18. Decreto nº 46-A/92 de 9 de Setembro determina que os Governos Provinciais podem constituir o direito de superfície sobre terrenos de que sejam proprietários, a favor de pessoas singulares e colectivas.
19. Decreto nº 58/97 de 25 Agosto, sobre a devolução ao órgão competente do Governo a competência para a gestão de todos os imóveis a distritos a secretaria do Estado da cooperação.
20. Decreto nº7/04, de 13 de Fevereiro, sobre a regularização jurídica da urbanização Nova Vida.



- 21.** Decreto nº 12/04 de 9 de Março, Iª – Série nº 20, cria o Instituto Nacional da Habitação.
- 22.** Decreto nº 66/04, de 22 de Outubro, Iª – Série nº 85, estabelece regras sobre a venda do Património Habitacional do Estado.
- 23.** Resolução 8/95 de 1 de Setembro que recomenda que o Governo criasse as condições necessárias á realização dos relativo ao património imobiliário do Estado.
- 24.** Resolução nº 39/06, Autoriza a modernização dos serviços de registos.
- 25.** Resolução nº 60/06, de 4 de Setembro, Iª – Série nº 107, Aprova a política do Governo para o Fomento Habitacional.
- 26.** Decreto Executivo conjunto nº 29/92, de 12 de Junho, que estabelece um regime de concessão para a conclusão dos edifícios por acabar;
- 27.** Decreto Executivo nº 32/93 de 24 de Dezembro, da Revisão e actualização das rendas cujo pagamento é efectuado em moeda convertível.
- 28.** Decreto executivo conjunto nº 18/96, determina o cálculo da renda mensal dos prédios urbanos para habitação propriedade do Estado, cujo pagamento se processa em moeda nacional.
- 29.** Decreto executivo nº 106/99 de 26 de Novembro sobre a transferência do património habitacional do estado.
- 30.** Despacho Presidencial nº 5/04 de 15 Junho que cria o grupo de trabalho sobre diplomas regulamentares do mercado imobiliário.
- 31.** Despacho conjunto nº89/04, de 19 de Março, confere á Imogestin, SARL, para enquanto não for criada a Empresa gestora de Urbanização Nova Vida proceder a Gestão da mesma.
- 32.** Despacho n.º 10/91 de 25 de Maio, sobre a comissão da venda do Património Habitacional do Estado.
- 33.** Despacho nº 5/97 de 5 de Dezembro, sobre a transferência do património habitacional da logitécnica para Secretária do Estado de habitação.
- 34.** Despacho nº 10/04 de 28 de Setembro, sobre a transferência da gestão do património habitacional do estado para o Ministério do Urbanismo e Ambiente.
- 35.** Circular nº 4/94 de 13 de Dezembro, estabelece alguns indicadores atinentes à uniformização de critérios na fixação de rendas de casas não destinadas à habitação ao nível do país.